

Histórias de famílias e domicílios: as listas nominativas de habitantes da capitania de São Paulo como fontes para análises longitudinais*

Carlos A. P. Bacellar**

Resumo

As listas nominativas de habitantes da capitania de São Paulo constituem um conjunto documental único na América portuguesa para o estudo de famílias e domicílios. Disponíveis para o intervalo entre 1765 e 1836, permitem que acompanhem anualmente a movimentação de indivíduos e famílias através do território. Desta maneira, podemos investigar as estratégias de acolhimento de agregados no interior dos domicílios. Ao mesmo tempo, também podemos analisar os processos de montagem da força de trabalho escrava, através da entrada de cativos por tráfico ou por nascimento, buscando demonstrar como os senhores utilizavam o tráfico atlântico e a reprodução vegetativa no esforço de manter os contingentes necessários de mão de obra. No mesmo sentido, ainda conseguimos acompanhar a questão do compadrio: as escravarias, observadas por décadas consecutivas, estabeleciam profusos laços entre compadres e comadres. Aqui, a análise se beneficiará, também, dos registros paroquiais de batismo. O compadrio estava relacionado às dimensões das escravarias, à oferta de candidatos para o estabelecimento do vínculo espiritual, mas também estava profundamente vinculado à política instalada no interior da senzala, uma política de convivência/confronto entre senhores e escravos.

No ano de 1765, a posse do governador Morgado de Mateus na capitania de São Paulo marcava os passos iniciais de uma política reformadora do espaço colonial português, sob a orientação do ministro Pombal. Suas diversas medidas administrativas visavam, em última instância, fortalecer a então frágil capitania, vazia de homens, vazia de recursos, instalada às margens do centro econômico das Minas Gerais. Para direcionar suas intervenções, um instrumento administrativo mostrou-se fundamental: os chamados maços de população, hoje mais conhecidos como listas nominativas de habitantes. Instauradas enquanto prática rotineira nessa pobre capitania, estas listas foram produzidas anualmente, até 1836, estabelecendo um conjunto documental único por sua abrangência espacial – todo o território da capitania, todas suas povoações e todos seus habitantes – e temporal – aproximadamente setenta anos.

Esta imensa série documental, nestas proporções, é única, e extremamente preciosa. Em nenhuma outra capitania do mundo português restou vestígios de uma iniciativa desta envergadura; talvez, não tenham sido tentadas, ou, se o foram, perderam-se no desmazelo dos arquivos. O conjunto das listas é, sem qualquer dúvida, fonte

* Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, realizado em La Habana, Cuba, de 16 a 19 de novembro de 2010.

** Universidade de São Paulo (cbacellar@usp.br)

privilegiada para microanálises, ao possibilitarem a observação de indivíduos ao longo de anos e décadas. Famílias e domicílios podem, também, ser acompanhados no desdobrar dos anos, seguindo gerações que se sucedem nas mais diversas atividades econômicas. Toda uma sociedade pode, portanto, ser rastreada em suas permanências ou mobilidades, desvendando estratégias, políticas e conflitos os mais diversos, envolvendo a posse da terra e dos escravos, a incorporação de agregados – enfim, um universo multifacetado de relações econômicas e sociais¹.

Não obstante essa riqueza de informações, o uso da série em investigações longitudinais tem sido consideravelmente restrito. Certamente as grandes dimensões das listas concorreram para que se evitasse o seu uso contínuo, sendo mais corriqueiro o trabalho com listas pontuais, através de recortes temporais a espaços regulares. Os resultados alcançados são bastante significativos. A primeira importante iniciativa com este enfoque foi de Maria Luiza Marcílio, que buscou, através de recortes decenais, entender a evolução estrutural da população paulista de meados do século XVIII a meados do XIX (Marcílio, 2000). Certamente outra significativa análise através das listas, agora preocupada com a dimensão econômica da capitania paulista, tenha sido o trabalho de Luna e Klein (2003), em que as informações referentes a todas as vilas da capitania, a intervalos regulares, foi trabalhada com grande rigor. A recente coletânea publicada por Luna, Costa e Klein reuniu artigos de diversos autores, em que as listas foram utilizadas para análises da população escrava e livre (Luna, Costa e Klein, 2009).

Muitas outras investigações vieram à luz nas últimas três décadas, e não caberia retomá-las no curto espaço deste texto. De uma maneira geral, demógrafos-historiadores e historiadores da população e da família, especialmente no Paraná, São Paulo e Minas Gerais, produziram uma variedade de trabalhos com o recurso às listas nominativas. Mas fica bastante evidente, também, que o recurso à análise longitudinal de populações do passado permanece escasso. No caso de Minas Gerais, tal impossibilidade se deve à inexistência de mais do que uma ou duas listas em datas isoladas. Para São Paulo e Paraná, todavia, o rol de listas disponíveis permitiria investigações nessa direção.

Em princípios dos anos 80, dois trabalhos pioneiros usaram as listas nominativas de São Paulo para fins de acompanhamentos longitudinais. Carlos Bacellar e Ana Silvia Volpi Scott realizaram a reconstituição de histórias de vidas de grandes proprietários escravistas anteriores ao café, coletando dados das listas, ano a ano, de maneira a efetuar a reconstituição de famílias (Bacellar, 1997; Scott, 1987). Especialmente no trabalho de Bacellar, a sequência de listas permitiu a reconstituição das estratégias familiares relacionadas à transmissão da herança, levando a uma melhor compreensão dos mecanismos de consolidação e reprodução de uma elite agrária.

Os mesmos dois autores também utilizaram as listas nominativas para verificar a longevidade dos escravos nos plantéis de grandes proprietários paulistas. Observando a permanência de indivíduos no cativeiro ao longo de duas ou três décadas, sob a

¹ As listas nominativas de habitantes vêm sendo disponibilizadas na internet. No Arquivo Público do Estado de São Paulo (<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>), encontram-se imagens digitais dos originais paulistas; no Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica, do Cedeplar/MG (<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br>), está disponível uma base de dados sobre a lista de 1830.

propriedade de um mesmo senhor, comprovaram não apenas a viabilidade de análises longitudinais a partir das listas de habitantes, como também lançaram elementos a indicar as condições de sobrevivência e reprodução de escravos (Bacellar e Scott, 1990). Por fim, cabe ressaltar, ainda, o trabalho de Roberto Guedes Ferreira, que utilizou de maneira instigante as listas da vila de Porto Feliz para analisar a população parda na primeira metade do século XIX (Ferreira, 2005). Afora estes casos de maior fôlego, é preciso reconhecer que uma grande produção acadêmica serviu-se das listas apenas em análises pontuais, sem recorrer à fonte em recortes consecutivos.

Embora constituam uma série documental que dura cerca de sete décadas, é forçoso apontar que as listas nominativas não apresentam qualidade homogênea. Ao longo dos anos, o modelo do levantamento foi sendo aperfeiçoado, à medida que a coroa portuguesa buscava ampliar e melhorar a coleta de dados sobre a população colonial. Conjunturas políticas e econômicas cambiantes imprimiam novas demandas de informação, que eram retransmitidas aos encarregados do trabalho de feitura das listas.

Os anos iniciais de levantamento, desde 1765, resultaram em listagens da população livre, e depois escrava, apenas com a indicação de nomes e idades, sem preocupações com a atividade econômica dos domicílios. Por trás, o interesse em conhecer o universo populacional e a disponibilidade de estoques de homens hábeis para o serviço nas tropas, envolvidas em conflitos coloniais na bacia do Prata. Seria somente a partir de meados da década de 1790 que uma grande mudança viria a ocorrer, com as listas indicando, também, estado conjugal, cor e, eventualmente, naturalidade, além de detalhes mais ou menos abrangentes da atividade econômica do domicílio. Neste momento, a preocupação principal deixara de ser eventuais recrutas, e passara a ser o interesse em desenvolver a atividade econômica na capitania de São Paulo em finais do século XVIII. Neste formato, as listas permaneceram aproximadamente uniformes até 1836, embora somente no início da década de 1800, e nos anos de 1828/29/36, a descrição das atividades econômicas dos domicílios tenha sido mais pormenorizada.

A falta de uniformidade das listas também deriva da qualidade não uniforme do trabalho de coleta de informações. Oficiais de milícias, ou párocos, encarregados da confecção das listas, executavam o serviço com dedicações evidentemente díspares, como pode ser facilmente verificado. Dentro de uma mesma lista, mesmo ano, companhias de ordenanças podiam vir com qualidades bastante distintas, fruto de maior ou menor comprometimento com o levantamento.

Além disso, nossa compreensão do mecanismo de elaboração das listas ainda dificulta as análises. É perceptível, por exemplo, que domicílios localizados em um mesmo bairro vinham listados próximos. Contudo, a ordem de listagem não se repete praticamente jamais: não havia, certamente, preocupação em arrolar segundo alguma sequência lógica de vizinhança, ou de localização ao longo das estradas. Pelo contrário, fica a impressão de uma montagem aleatória, simplesmente agrupados por pertencer, na melhor das hipóteses, a uma mesma esquadra, subdivisão das companhias de ordenanças. Mesmo as esquadras, quando identificadas, não costumam vir com os mesmos domicílios em comum, mesmo em anos subsequentes. São problemas, portanto, oriundos de nosso desconhecimento dos procedimentos de coleta de dados, se é que havia alguma norma estabelecida. Tudo indica que não.

Para desenvolver algumas análises sobre as possibilidades informativas das listas de habitantes, escolhemos a pequena vila de São Luiz do Paraitinga. Situada no vale do rio Paraíba, que corre entre São Paulo e Rio de Janeiro, a pequena São Luiz era voltada para uma economia de abastecimento interno, centrada na oferta de porcos, toucinho, tabaco e algodão para um crescente mercado regional. A transferência da sede do Vice-Reino para o Rio de Janeiro, em 1763, e também o início da economia da cana-de-açúcar no oeste da capitania de São Paulo, no mesmo período, deram ensejo ao surgimento de uma expressiva demanda de gêneros por parte de uma população em expressivo crescimento demográfico².

Neste contexto, São Luiz pode ser caracterizada como uma vila de poucos domicílios com grande escravaria, e dominada por uma maioria de pequenos lavradores de trabalho familiar, entremeada por alguns lavradores com poucos escravos. Não era, em absoluto, uma economia de grande lavoura, praticamente ausente da localidade. Sua população apresentou crescimento demográfico substantivo ao longo do período de 1776 a 1823. O contingente de livres passou de 714 para 3158 indivíduos, 4,4 vezes maior, enquanto que a população escrava ampliou-se de 192 para 1226 indivíduos, 6,4 vezes mais. Embora a passagem do século XVIII para o XIX seja de forte crescimento econômico na capitania de São Paulo em seu todo, resta significativo que a população de São Luiz, com sua economia não exportadora, tenha crescido a tais níveis. Esse crescimento é superior ao verificado por Marcílio para a totalidade da capitania, principalmente no que diz respeito ao contingente de cativos⁴.

Semelhante dinamismo parece indicar que a produção de gêneros para o mercado interno, especialmente para a cidade do Rio de Janeiro, comportava uma expansão de monta da mão-de-obra escrava. Não obstante, e apesar desse crescimento acima da média da capitania, o caráter de economia não-exportadora permanece refletido na participação dessa população cativa no total dos habitantes da vila: 192 escravos em 1776 (21,2% do total) e 1226 em 1829 (28,0% do total)⁵. Percentagens evidentemente inferiores às calculadas para a capitania como um todo a partir dos dados de Marcílio⁶. Mesmo assim, resta significativa a dimensão alcançada pelo contingente escravo em uma economia com poucas escravarias de grandes dimensões, como a apresentada por São Luiz.

Essa distribuição das posses escravas da pequena vila de São Luiz permite levantar questões bastante pertinentes. Não se pode negar, diante das evidências empíricas disponíveis, que havia, em alguns domicílios, condições efetivas de manutenção da força de trabalho escrava mesmo com a venda de tais gêneros, consolidando a constatação de que as margens de lucro podiam ser suficientes para certos lavradores

² Esta pesquisa foi financiada pelo CNPq, sob o título “A família do escravo na lavoura paulista no início do século XIX.

³ Cf. dados óbitos dos mapas de população apensos às listas nominativas de habitantes.

⁴ De acordo com os dados fornecidos por Marcílio, a população livre paulista quadruplicou no intervalo entre 1765 e 1828, enquanto que a cativa aumentou apenas 2,3 vezes entre 1798 e 1828. (Marcílio, 2000: 81).

⁵ Cf. listas nominativas de habitantes para os respectivos anos.

⁶ Para a totalidade da capitania de São Paulo, os dados de Marcílio permitem que se conheça a representatividade da população escrava: 29,9% em 1798, 28,5% em 1808, 32,5% em 1818 e 40,9% em 1828 (Marcílio, 2000: 81).

ultrapassarem a barreira do trabalho familiar e adquirirem escravos. Não sabemos, contudo, sob quais condições um lavrador que contava com mão de obra familiar lograva adquirir escravos, já que essa era uma possibilidade concretizada apenas para uma minoria⁷. Também nada sabemos sob as condições de compra desses cativos, seu perfil demográfico (especialmente sexo, idade e naturalidade) e seu tempo de sobrevivência no domicílio. Mas, ao mesmo tempo, resta igualmente difícil caracterizar, com os dados disponíveis, a atividade econômica dos maiores proprietários. Os indícios são de que se praticava, simultaneamente, diversos ramos da lavoura, além da criação de suínos, fato também observável mesmo para a grande maioria de lavradores que não contava com mão de obra escrava.

De uma maneira geral, contudo, as listas nominativas se limitam a descrever os maiores proprietários de maneira bastante exígua no que diz respeito às atividades econômicas. Quase sempre sucintamente denominados “agricultores”, são relacionados à criação de porcos e produção de toucinho, e conseqüentemente à compra de sal para seu processamento. Alguns ainda produzem tabaco, além de alimentos básicos – feijão, milho. O que surpreende, no entanto, é a centralidade da produção de suínos, e o elevado contingente de escravos envolvidos em seu trato. Em 1828, Manuel Domingues de Castro possuía 50 escravos e vendia 150 porcos, ao passo que Inácio Lopes de Camargo vendia o mesmo número de animais, mas contava com somente 25 cativos. Se calcularmos a renda advinda da venda dos suínos, o resultado se mostra absolutamente inviável: não haveria, nessa contabilidade, maneira desses escravos serem adquiridos às dezenas.

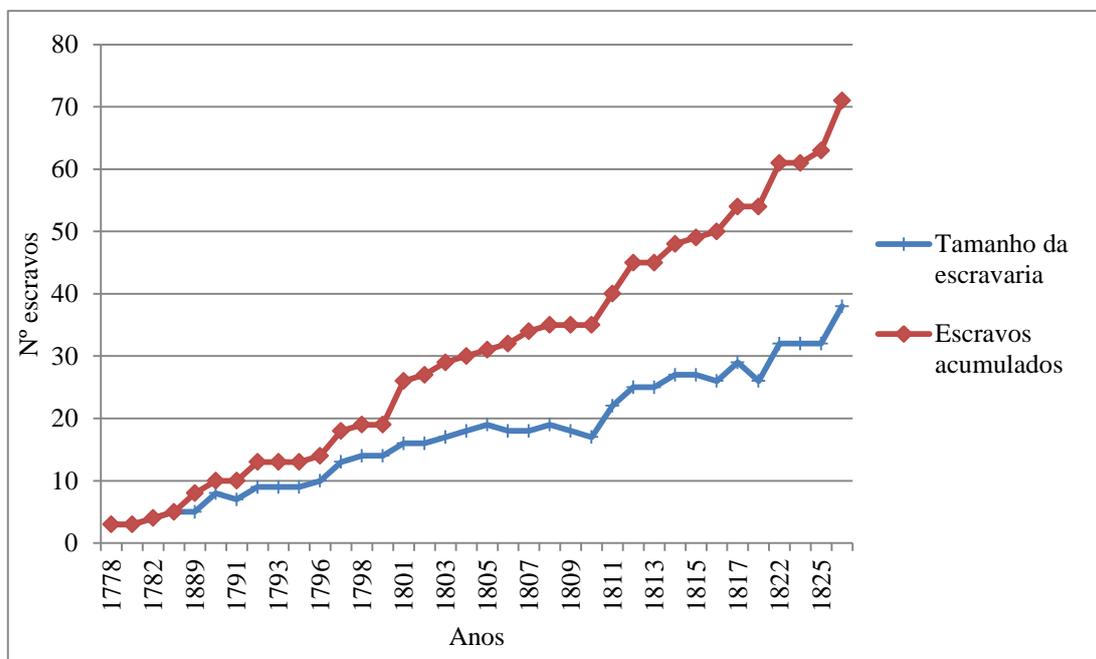
As possibilidades de explicar tal constatação podem ser diversas. Uma delas consistiria em advogar que as listas nominativas não informam por completo as atividades econômicas; como davam especial enfoque à atividade da lavoura, provavelmente mascaravam a renda advinda do comércio e do artesanato. Da mesma maneira, podemos supor que as declarações de produção agrícola estejam subestimadas, com objetivos óbvios de burlar o fisco. Nesse sentido, os gêneros efetivamente comercializados seriam em maior volume do que podemos conhecer. Alguns desses grandes escravistas declararam, em momentos pontuais, possuírem tropas de animais, que certamente atuavam no transporte de cargas entre os portos de Paraty e Ubatuba e o vale do Paraíba, serra acima, lucrando como intermediários. Mas tais atividades econômicas são muito pouco identificadas nas listas, tornando difícil entender os mecanismos mais profundos da economia local. Sabemos, também, que os demais produtos de “exportação” de São Luís do Paraitinga – tabaco, aguardente, algodão - não eram comumente comercializados para além das vilas próximas, no próprio vale do Paraíba paulista.

O “agricultor” José Pereira de Castro pode ser acompanhado ao longo de anos sendo singelamente descrito como “agricultor”, que “vendeu porcos”, em um volume que pouco variava de um ano para outro. Sua força de trabalho escrava, no entanto, cresce

⁷ Tivemos a oportunidade de ensaiar uma análise de relação entre renda agrícola e posse de escravos para os lavradores de Sorocaba. Foi possível constatar que a posse de um ou alguns escravos provocava aumento na produtividade e que, por outro lado, eram em média por volta dos 40 anos de idade que os pequenos lavradores conseguiam comprar o primeiro cativo, desde que tivessem tido sucesso em formar algum pecúlio. Mas os detalhes desses procedimentos de compra restam ainda obscuros (Bacellar, 2001:142-157).

continuamente, conforme se pode constatar pelo Gráfico 1. Além de sua contínua expansão, essa força de trabalho cativa exige relativamente pouco investimento de seu senhor para a manutenção e expansão do contingente.

Gráfico 1 - Evolução da posse de escravos de José Pereira de Castro, 1778-1828

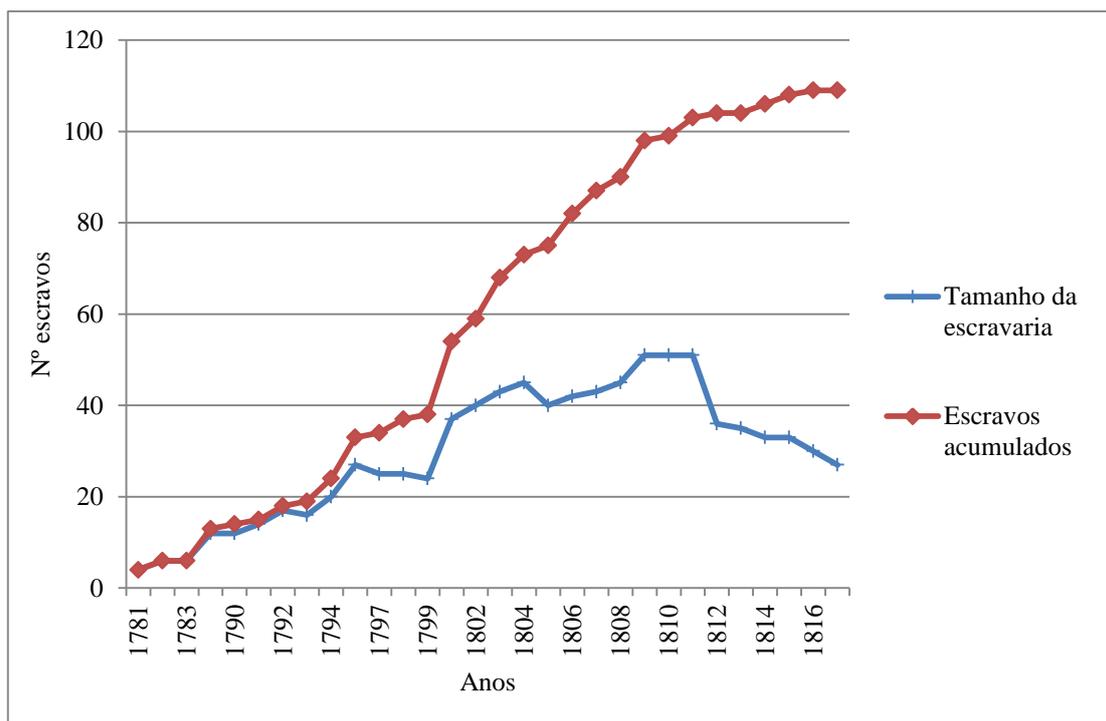


O Gráfico 2, por sua vez, reúne as informações longitudinais sobre os escravos de outro “agricultor”, Manuel Pereira da Silva. Apesar das informações pouco claras e precisas, há indícios suficientes de que este proprietário atuava não apenas na lavoura, mas também na compra e venda de cativos. O gráfico resultante, em uma primeira observação, poderia sugerir uma propriedade escravista mal administrada, onde a contínua e elevada compra de escravos buscava manter minimamente o contingente. Mas um olhar mais atento permite vislumbrar a prática de mercador negreiro: contínuas compras e vendas ao longo dos anos, conforme sugerido na lista nominativa de 1803:

“Acresce o Escravo Antônio e sua mulher Maria banguelas comprados na vila de Cunha a Manuel José da Costa e os Escravos Manuel e sua mulher Maria banguelas. comprados em Paraty a Joaquim José Pereira e Francisco crioulo comprado a Joaquim José de Faria desta vila e Elena comprada a Francisco da Silva desta vila”⁸.

⁸ Lista nominativa de São Luiz do Paraitinga, 1803, 1ª Companhia, fogo 114.

Gráfico 2 – Evolução da posse de escravos de Manuel Pereira da Silva, 1781-1817



A possibilidade de acompanhar a força de trabalho escrava ao longo do tempo permite, também, novas análises. As listas nominativas, cruzadas com os registros paroquiais de batismo de escravos, permitem entrever a prática do compadrio e o decorrer dos anos. A proposta, no caso, não é de somente contabilizar casos, mas sim de avaliar o compadrio sob o viés de cada uma das propriedades escravistas, cada uma tomada isoladamente. Trata-se de avaliar a prática da escolha de compadres observando o comportamento do conjunto de batismos de cativos ao longo dos anos de existência de dado domicílio escravista. Os resultados são surpreendentes: a prática do compadrio revela-se bastante diferenciada entre uma propriedade e a outra.

O agricultor Diogo da Silva Prado, natural de Taubaté, iniciou em 1777 sua vida de casado na posse de dois escravos solteiros, Francisco, 16 anos, e Inês, 19. Contrairiam matrimônio somente em 1785, ocasião em que Inês já havia tido quatro filhos: Gertrudes (1777), André (1779), Leonor (1781) – esta, provavelmente falecida precocemente, dando ensejo ao batismo de uma nova criança com o mesmo nome, logo a seguir (1783). Após o casamento, novos filhos se sucedem: Faustino (1786), Vicência (1789), Eugenia (1791), Luiz (1793), Benedita (1797), Miguel (1798), Benedito (1801) e, finalmente, Metildes (1803). Doze filhos, dois quais apenas cinco ainda sobreviviam em 1804, último ano em que o domicílio aparece nas listas nominativas. Duas filhas de Inês, mãe solteiras, dão à luz a pelo menos 3 netos: Gertrudes, com seus filhos Francisco (1799) e Francisca (1805), e Leonor, com sua filha Inácia (1802).

Além desse casal, Diogo da Silva Prado adquiriu ou herdou Domingos (em 1781) e José (em 1796), que permaneceram solteiros ao longo dos anos. Há ainda uma escrava, Ana, que provavelmente fosse filha de Inês, mas certamente nascida antes da criação da paróquia de São Luiz e, portanto, não identificada por nós enquanto tal. Mas sua idade nos permitiria aceitar tal possibilidade. De qualquer maneira, Ana se mostrou prolífica

em seus partos: Feliciano (1789), João (1792), Luiza (1794), Jacinta (1796), Pedro (1797), Tomé (1799), Pedro (1801), Francisca (1802) e Joaquim (1804). De todos esses filhos, apenas um faleceu até 1804, demonstrando um índice de sobrevivência bastante superior ao observado para a descendência de Francisco e Inês.

Essa forte reprodução vegetativa dos escravos de Diogo da Silva Prado resultaram, no ano final de observação, numa escravaria de 17 indivíduos, nove dos quais menores de 14 anos. No total, entre adquiridos e nascidos, 29 cativos passaram pelo domicílio entre 1777 e 1804, dos quais somente quatro (ou cinco, caso Ana não seja filha de Inês) não nasceram ali. Se a mortalidade cobrou seu habitual preço, ceifando prematuramente doze crianças, mesmo assim podemos dizer que este domicílio manteve-se praticamente à custa da reprodução natural.

As relações de compadrio de todas as crianças nascidas não incluem, em qualquer um dos 24 batismos avaliados, quaisquer escravos como padrinho ou madrinha. E o inverso também se dá: nenhum dos escravos de Diogo apadrinha qualquer outro escravo de fora ou de dentro da propriedade. O rol dos compadres envolve quase que exclusivamente pequenos agricultores, muitos deles vizinhos ao domicílio de seu senhor – a proximidade facilitando o estabelecimento dos vínculos. Um ou outro possui algum escravo, mas a maioria nada tem.

Este caso contrasta fortemente com outro que pudemos observar. O português Custódio Ferreira da Silva chegou a São Luiz em 1789, rapidamente tornando-se agregado sucessivamente de dois seus patrícios, Antônio José de Almeida, tabelião, e Antônio Gonçalves da Gama, alfaiate e proprietário de venda. Em 1798, já autônomo, conta com dois cativos, e inicia-se como negociante e agricultor; em alguns anos, sua senzala alcançará grandes dimensões, prova de seu sucesso econômico. Os escravos crianças ou africanos batizados ao longo dos anos na propriedade de Custódio Ferreira da Silva tiveram como padrinhos e madrinhas uma vasta gama de cativos, quase todos casados. O que é curioso é o fato de tais padrinhos pertencerem a poderosos senhores locais, como se Custódio buscasse estabelecer, via compadrio de seus cativos, um amplo leque de alianças. A escolha de padrinhos livres não foi, portanto, a opção nesta senzala, ao contrário do ocorrido entre os cativos de Diogo da Silva Prado.

O que podemos concluir do observado? Fundamentalmente, que por trás das grandes tendências escondem-se iniciativas diversas. Estas, por seu turno, devem ser consideradas com precaução. Mesmo que não sejam as mais comuns – o atual estado das análises resta inconclusivo – sugerem que as negociações entre senhores e escravos eram complexas. Certamente o caso dos escravos de Custódio Ferreira da Silva sugere a participação do mesmo na montagem de importante rede de compadres, mas não se pode afirmar que a prática na senzala de Diogo da Silva Prado não contasse com sua respectiva ingerência. O fato é que, nas negociações políticas entre as partes opostas, soluções diferenciadas podiam ser alcançadas - padrinhos de perfis distintos, escolhas baseadas em critérios de prestígio, parentesco ou vizinhança⁹. Tais soluções devem ser cotejadas, por exemplo, com o compadrio dos filhos do proprietário, em busca de perfis de escolha assemelhados ou, por que não, complementares. Observados ao longo de anos sucessivos, no desenrolar dos ciclos de vida, estas escolhas ganham um sentido

⁹ O embate político entre senhores e cativos no interior da propriedade escravista pode ser acompanhado através das análises que opuseram Robert Slenes a Manolo Florentino e José Roberto Góes (Slenes, 1999; Florentino e Góes, 1997).

mais complexo, possibilitando visualizar com maior acuidade o fenômeno do compadrio.

Estas fontes seriais ainda possibilitam outras análises. A observação do suceder das listas de habitantes leva à percepção de realidades que seriam impossíveis de captar através de olhares pontuais, em uma única lista. Salta à vista, por exemplo, a circulação de indivíduos e famílias pelos domicílios e pelo espaço da vila.

Quadro 1 – A presença de José Gomes Sardinha nas listas nominativas, 1799- 1804.

1799	José Gomes Sardinha , s, 19 Joaquina, irmã, 18 João, e, 30, c, P Domingos, e, 30 Gaspar, e, 40 Benedito, e, 17 Paulina, e, 38, c Custodia, e, 1	Vive de Rossa e esta arranchado de novo.
1801	José Gomes Sardinha , 21, s, B, São Luiz Joaquina, sua irmã, 20, s, B, São Luiz Custodia, escrava, 3, s, N, Cr	Rosseiro Colheu 30 alq. milho, 8 alq. feijão Gastou 1 alq. de Sal comprado em Paraty 960 Falta sua irmã Maria que se acha morando no Bairro do Itaim com sua família
1802	Antônio Gomes de Toledo, 24, casado, Branco, nat. de Cunha, soldado miliciano Luiza Leme, sua mulher, 22, casada, Branca, nat. de Cunha Luiz, filho, 2, solteiro, Branco Maria, filha, 6, solteira, Branca Clara, filha, 4, solteira, Branca José Gomes Sardinha , Agregado, 22, solteiro, Branco Joaquina, Agregada, 21, solteira, Branca João, Agregado, 50, casado, Negro, nat. ganguela Custodia, Agregada, 4, solteira, Negra, crioula	Agricultor Vendeu 3@ fumo
1803	Antônio Gomes, 25, casado, Branco, nat. de São Luiz, soldado miliciano Luiza Leme, sua mulher, 23, casada, Branca Luiz, filho, 3, solteiro, Branco Maria, filha, 7, solteira, Branca Clara, filha, 5, solteira, Branca José Gomes , Agregado, 23, solteiro, Branco Joaquina, Agregada, 22, solteira, Branca Custodia, escrava, 5, solteira, Negra, crioula	Agricultor Colheu 40 alq. milho, 6 alq. feijão, 2@ algodão Vendeu na vila de Paraty 15@ toucinho a 1720 gastou de Sal 3 alq. Faltam os Escravos João e Paulina que vendeu a Antônio de Sousa de Carvalho desta vila.
1804	Antônio Gomes de Toledo, 26, casado, Branco, nat. de São Luiz, miliciano da infantaria Luiza Leme, sua mulher, 24, casada, Branca Luiz, filho, 4, Branca Maria, filha, 8, Branca Clara, filha, 6, Branca Luiza, filha, 2, Branca José Gomes , Agregado, 24, solteiro, Branco	Planta para o gasto
1804	José Gomes , 24, casado, Branco, nat. de Guaratinguetá, miliciano da infantaria Maria Correa, sua mulher, 18, casada, Branca Luiz, filho, 3m, Branco Maria Cecilia, Agregada, 54, viúva, Branca Margarida, Agregada, 24, solteira, Branca	Planta para o gasto Vendeu 20@ fumo na terra a 640

Conforme o Quadro 1, podemos perceber que, ao longo de apenas cinco anos, o jovem José Gomes Sardinha passou de agricultor autônomo e com cinco escravos para agregado de Antônio Gomes de Toledo, que talvez seja seu parente, ou até mesmo irmão. E acompanhado por sua irmã, Joaquina, e apenas uma escrava, Custódia. Em 1804, ao mesmo tempo em que era registrado como solteiro e ainda agregado, aparece, em outro bairro da vila, talvez com alguns meses de diferença, já como casado, e autônomo. À margem do levantamento, informações sobre a atividade econômica desenvolvida no domicílio e negócios de venda de escravos permitem melhor conhecer seu cotidiano. De concreto, podemos aventar a hipótese de que José Gomes Sardinha jamais saiu das terras que de início lavrava, mas apenas o recenseador alterou seu critério de classificação. Em geral, “roceiros” eram lavradores que não dispunham de terra própria, o que nos leva a supor que José vivia em terras alheias, muito provavelmente do próprio Antônio Gomes de Toledo. A questão toda, portanto, é que apenas entre os anos de 1802 e 1804 o recenseador tornou explícita a agregação (que seria pública e notória) de José às terras de Antônio¹⁰. Ao mesmo tempo, notamos a presença da recém nascida Custódia, inicialmente denominada escrava, depois agregada, e novamente escrava. Pequenos detalhes como estes são provável fruto de entendimento errado por parte do recenseador. Ambos os casos, no entanto, evidenciam a importância de se dispor, para análise, de listas nominativas consecutivas: torna-se possível melhor examinar os filtros de observação, os olhares que classificam a complexa realidade.

A partir de tais levantamentos, torna-se também possível avançar no conhecimento da dinâmica da agregação como elemento de apoio para indivíduos ou famílias que buscavam se instalar de maneira autônoma, tanto após o casamento, quanto após migrar. A agregação poderia, assim, servir como mecanismo de acolhimento daqueles que tentavam conseguir algum quinhão de terra para instalar suas primeiras e precárias lavouras. Nestes casos, eram agregações passageiras, apenas o necessário para o agregado buscar ou negociar seu espaço próprio. É caso, bastante evidente, perceptível no domicílio do vigário Antônio Flávio de Carvalho Reis (Quadro 2), onde casais são temporariamente abrigados antes de se instalarem.

¹⁰ Para uma discussão mais pormenorizada da agregação explícita ou implícita através das listas nominativas, vide Bacellar (2001).

Quadro 2 – Os agregados do Reverendo Vigário Antônio Flávio de Carvalho Reis, 1799 e 1801.

1799	<p>Antônio Flavio de Carvalho Reis, 38, Reverendo Vigário</p> <p>Eustáquio, escravo, 60, casado, Preto José, escravo, 20, solteiro, Preto Salvador, escravo, 40, solteiro, Preto Vitoriana, escrava, 25, casada, Preta Anastácia, escrava, 8 Cassiana, escrava, 6 Afra, escrava, 5 Maximiana, escrava, 3</p> <p>Manuel Alves, agregado, 18, solteiro, Pardo Maria da Conceição, agregada, 50, solteira, Preta João, agregado, 9</p>	<p>Vive de suas ordens, sendo o Parocho desta freguezia.</p>
1801	<p>Antônio Flavio de Carvalho Reis, 40, B, nat. de Santos, Reverendo</p> <p>Salvador, escravo, 42, solteiro, Negro, crioulo André, escravo, 39, solteiro, Negro, banguela</p> <p>Manuel Ribeiro da Silva, agregado, 46, casado, Branco, nat. de São João Del Rey Ana Maria de Jesus, agregada, sua mulher, 32, casada, Branca, nat. de São João Del Rey</p>	<p>Pároco desta Igreja</p> <p>Compra mantimentos para sua sustentação</p> <p>Faltam os Escravos Eustaquio e sua mulher Vitoriana, com seus filhos Nastacia, Cassiana, Maximiana, Valeriana, Afra, que forraram este ano e se mudaram para Pindamonhangaba</p> <p>O Sargento Manuel Alves, Maria da Conceição e seu filho João que mudaram de sua Casa</p> <p>Acrescem os Agregados Manuel Ribeiro e sua mulher Ana Maria de Jesus que vieram morar este ano para sua casa e os escravos André que o Rematou na praça desta vila</p> <p>Não confere</p>

O vigário, responsável pela paróquia local, parece servir de referência para forasteiros. A família do pardo Manuel Alves teria feito curta parada em São Luiz, pois surge na casa do religioso em 1799, e dali saiu em 1801, sem deixar vestígios – indubitavelmente, foram para outra vila. Já o agregado Manuel Ribeiro da Silva havia sido listado, em 1799, em fogo autônomo, como feitor, e sua entrada para o domicílio do vigário talvez visasse à gestão dos cativos deste. Todavia, no mesmo ano de 1801, sete dos nove escravos ali residentes obtiveram alforria – constituíam uma única família – e esvaziaram a força de trabalho local¹¹. Ao invés de plantar para o gasto, o vigário passa a informar que compra mantimentos para seu consumo, pois perdera o grosso de sua mão-de-obra; mas, mesmo assim, seu agregado Manuel, junto da esposa, ali permanece até 1807, quando estabelece domicílio autônomo, trabalhando como arreador de tropas.

A agregação serviria, também, como mecanismo de amparo para parentes que necessitavam do apoio dos familiares. Filhos recém casados permaneciam cultivando quinhões da terra paterna, ao passo que viúvos – filhos e filhas, irmãos e irmãs, sobrinhos – igualmente poderiam receber abrigo diante da falta de meios para sobreviver. Há, também, inúmeros casos de idosos ou doentes acolhidos, num esforço

¹¹ Seria interessante acompanhar esta família de forros, que se muda para a vila de Pindamonhangaba em 1801. Haviãam chegado a São Luiz, juntamente com o vigário recém nomeado, no ano de 1790. Note-se que a esposa de Eustáquio, Vitoriana, é consideravelmente mais jovem.

de garantir uma vida decente quando a idade não mais permitia a moradia autônoma. Nestas situações, as agregações podiam ser mais alongadas no tempo, uma vez que não há perspectiva de saída para formação de novo domicílio.

Nem sempre, contudo, as agregações eram convenientemente registradas pelas listas nominativas. Aquelas ocorridas sob o mesmo teto – isto é, quando o indivíduo era abrigado dentro da mesma moradia – eram facilmente registradas, em uma condição onde o novo integrante passava a trabalhar no esforço produtivo comum do domicílio. No entanto, o agregado acolhido para explorar algum quinhão de terra, porém com permissão para constituir moradia própria, muito raramente era apontado, nas listas, como agregado. Para as listas de habitantes de São Luiz, tal informação consta apenas para os anos de 1824, 1825 e 1828. Na maioria das vezes, contudo, registra-se somente que alguém “planta a favor”, mas sem informar de quem.

Quem cedia a terra para terceiros? Os grandes proprietários locais, em especial os membros da família Gomes de Gouvêa, são citados nos raros casos de nomeação. Há exemplos de indivíduos que possuíam terras, mas que não tinham fortuna. É o caso de Manuel Teixeira, pequeno criador de porcos, mas que teria pelo menos quatro domicílios que reconheciam lavrar em suas terras. Convém ressaltar o que está por trás dessas permissões para explorar terras alheias: a forte concentração fundiária. Os números para a pequena vila de São Luiz impressionam. Segundo o Tombamento dos Bens Rústicos realizado em 1817, haveria tão somente 113 propriedades no município¹². Comparando-se com a lista nominativa de habitantes para o mesmo ano, que conta com nada menos que 516 domicílios registrados, percebe-se uma gritante desproporção de 4,5 por um! Em outras palavras, apenas um em cada 4,5 domicílios contava com terras próprias. Embora um número desconhecido de famílias pudesse estar vivendo em terras devolutas – terras teoricamente pertencentes à Coroa, mas na prática sem donos -, a precariedade da situação é impressionante.

A agregação seria, portanto, uma válvula de escape para uma pressão demográfica em busca de condições de sobrevivência. Uma opção seria migrar para outras paragens, em busca de terras devolutas nas zonas de fronteira agrícola. As listas nominativas, ao indicarem a naturalidade dos indivíduos – quase sempre apenas dos chefes de família – permitem, de maneira única, traçar as principais linhas da migração pelo território paulista. Para São Luiz, a lista de 1801 aponta que somente 10,3% dos homens e 18,3% das mulheres seriam nascidos na vila¹³. Fundada em 1773, foi progressivamente povoada por moradores das vizinhanças, especialmente das vilas de Taubaté, Cunha e Pindamonhangaba. Era, portanto, uma comunidade de migrantes, de gente que se

¹² Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tombamento dos Bens Rústicos da vila de São Luiz do Paraitinga, 1817.

¹³ Segundo a lista nominativa da vila de Itu, situada no oeste da capitania de São Paulo, 60,9% dos homens e 66,7% das mulheres cadastrados na 1ª companhia de ordenanças em 1801 eram nascidos na própria vila (APESP, Lista Nominativa de Itu, 1801). Na mesma região oeste, e no mesmo período, a vizinha vila de Sorocaba contava com 61,5% dos homens e elevados 80,2% das mulheres ali nascidos (Bacellar, 2001:51). As duas vilas, criadas ainda em finais do século XVII, já contavam com um considerável contingente populacional fixado há mais de uma geração; mesmo assim, o componente migratório é consistente, caracterizando uma sociedade em plena expansão demográfica e econômica rumo aos territórios a Oeste.

deslocou em busca de melhores oportunidades, mas que já encontrou terras nas mãos de poucos.

Através da série de listas nominativas, pode-se perceber que as pessoas se deslocavam costumeiramente, não somente para migrar, mas também para fazer comércio. Moradores da pequena São Luiz transitavam corriqueiramente por uma grande área limítrofe para fazer negócios. Seus produtos não eram para exportação, mas sim para o abastecimento do mercado interno regional: porcos, toucinho, tabaco, e algum outro excedente da terra. Os destinos eram Taubaté, Pindamonhangaba, Cunha, Ubatuba, Paraty e mesmo o Rio de Janeiro. De volta, traziam principalmente o sal, escravos e todo gênero de secos e molhados para as vendas e tabernas locais.

Os contatos e as notícias circulavam juntamente com as tropas, que levavam e traziam mercadorias. Mas a recruta de homens, ao longo de todo o período das listas, também fazia de paragens distantes objeto do conhecimento cotidiano. Na lista de 1776, a informação de maridos e filhos ausentes, servindo nas tropas que combatiam nas fronteiras do Prata, eram comuns. Mais tarde, às vésperas da Independência, novamente os recrutas foram necessários para a Guerra da Cisplatina. Além disso, muitos eram levados para servir na vizinha Cunha ou mesmo em São Paulo, junto a contingentes ali estacionados: Antônio Gonçalves da Cruz declarava, em 1808, que faltavam “seus filhos Antônio que foi para Cunha e Francisco para São Paulo como soldado pago”¹⁴.

Por fim, os deslocamentos se davam, também, em função de questões familiares. Casamentos são indicados como razão para filhos e filhas deixarem a casa paterna, e se instalarem em vilas vizinhas. O deslocamento se dava na dupla direção: alguns partiam, outros chegavam. São Luiz, instalada nos contrafortes da Serra do Mar, a meio caminho entre Taubaté e os portos de Ubatuba e Paraty, contava com vastas áreas desocupadas, embora de relevo relativamente acidentado. De clima frio, estava em região pouco propícia para a grande lavoura açucareira, mas excelente para pequenos produtores voltados para o abastecimento. Desta maneira, incontáveis indivíduos e famílias inteiras migraram para esta pequena vila, onde buscavam terras virgens para instalar suas pequenas lavouras.

As migrações de fora podem ser confundidas com aquelas promovidas no âmbito interno ao espaço agrário da vila. Sob a denominação “morador novo”, os chefes de domicílio são apontados como recém-chegados ao local onde estão sendo recenseados. Em 1806, os vizinhos Antônio Ferreira e Antônio Ferreira dos Santos – pai e filho – haviam recém-chegado da vila da Paraíba Nova, enquanto Francisco Correa Nunes vinha de Taubaté¹⁵. O mais curioso, contudo, é que nenhum deles é natural das vilas de onde provinham, mas sim, respectivamente, de Jacareí, São Luiz e Guaratinguetá. Os dois primeiros já haviam residido na vila até 1796, depois provavelmente mudaram-se para a recém-fundada Paraíba Nova e, posteriormente, em 1806, regressaram – com certeza, a experiência migratória fracassou.

Os “moradores novos” também podiam ser descritos como “casados deste ano”. A união conjugal, para ter início, devia estar vinculada à disponibilidade de terra cultivável, própria ou cedida a favor. Da mesma maneira que o “morador novo” poderia

¹⁴ Lista nominativa de São Luiz do Paraitinga, 1808, 1ª Companhia, fogo 233.

¹⁵ Lista nominativa de São Luiz do Paraitinga, 1806, 2ª Companhia, fogos 154, 156 e 332.

ser um filho, que saía do domicílio paterno e buscava se instalar de maneira autônoma, o “casado deste ano” também poderia dizer respeito a um filho em igual posição. Mas há casos em que o indivíduo já era encontrado em fogo próprio, solteiro (ou viúvo, se considerarmos os casos de recasamento), em ano imediatamente precedente. A grande maioria dos domicílios dos “casados deste ano” apresenta, assim, casais extremamente jovens, sem filhos ou com um filho recém-nascido, raramente com algum escravo, e que deixavam o lar paterno.

As saídas de filhos do domicílio dos pais tinham distintos significados. Em situações típicas de uma economia de abastecimento, como era o caso de São Luiz, a principal força de trabalho era a familiar. Uma minoria de domicílios contava com cativos. Logo, a saída de um filho adulto, para casar, ou o óbito de um marido ou filho, poderia desequilibrar perigosamente o equilíbrio muitas vezes precário da sobrevivência doméstica. Os limites entre produzir alimentos e passar por necessidades eram bastante tênues, em uma economia bastante rudimentar. Em anos de bonança, de clima favorável, os excedentes podiam ser comercializados, gerando alguma renda. Nos anos de crise, em especial nas grandes secas ou geadas, a balança do cultivo poderia se inverter, elevando perigosamente o risco de fome, e de miséria. Além disso, doenças e a velhice poderiam interferir na efetiva disponibilidade de mão de obra. As listas de habitantes permitem analisar vários casos concretos nessa direção.

Luiz José Floriano, com esposa e filhos, era um pequeno lavrador até 1803. Quando, em 1805, passa a ser descrito como “doente lázaro”, temos um prenúncio de problemas no domicílio¹⁶. No ano a seguir, temos a confirmação: “vive de esmolas por ser doente de mal de Lázaro”. Em outra situação, Maria Francisca de Toledo, viúva de 39 anos e mãe de três adolescentes, é declarada “cega de pobre, vive de esmola”¹⁷. Ou Amador de Sousa, jovem casado de apenas 25 anos, que “vive de esmolas pela queixa de Lázaro”¹⁸.

A pobreza podia, ainda, assolar o futuro de mulheres que se tornavam viúvas. Muitas com os filhos já saídos de casa, tinham, na morte do marido, um sinal inequívoco de tempos difíceis pela frente. Assim foi com Francisca Xavier que, enviuvando em 1809, aos 80 anos de idade, passa a “viver de esmolas”¹⁹. O mesmo ocorreu com a parda Maria Barbosa que, viúva aos 55 anos, por morte de seu marido, também recorreu às esmolas²⁰. Também Maria Roiz, branca e viúva aos 36 anos, não mais foi declarada “plantar para comer”, mas sim “viver de esmolas”²¹.

Leonor Francisca de Jesus, aos 61 anos de idade em 1801, viu seu marido, Antônio Joaquim dos Santos, ir “preso para São Paulo”, e o recenseador registrou: “pobres que vivem de esmolas”. Somente em 1806 temos nova notícia deste domicílio,

¹⁶ Lista nominativa de São Luiz do Paraitinga, 1803, 1ª Companhia, fogo 164; 1805, 1ª Companhia, fogo 70; 1806, 1ª Companhia, fogo 70.

¹⁷ Lista nominativa de São Luiz do Paraitinga, 1801, 2ª Companhia, fogo 243.

¹⁸ Lista nominativa de São Luiz do Paraitinga, 1801, 1ª Companhia, fogo 339.

¹⁹ Lista nominativa de São Luiz do Paraitinga, 1809, 1ª Companhia, fogo 202.

²⁰ Lista nominativa de São Luiz do Paraitinga, 1808, 1ª Companhia, fogo 252.

²¹ Lista nominativa de São Luiz do Paraitinga, 1801, 1ª Companhia, fogo 114; 1802, 1ª Companhia, fogo 122.

aparentemente estabilizado após a ausência do principal provedor: “vive de fiar”²². De modo semelhante, Maria Clara, com meros 25 anos em 1808, viu seu marido ser recrutado para servir na distante cidade de São Paulo, e passou a “viver de esmolas”²³. Situações temidas pela população, as recrutas provocavam a fuga da vila dos homens válidos, por ocasião da confecção de algumas listas, chegando a afetar a razão de masculinidade dessas populações.

Na realidade, podemos perceber que a grande maioria dos domicílios declarados “pobres” ou que vivem “de esmola” parecem enfrentar tais problemas conjunturais, não duradouros. A perda de um familiar, cuja mão de obra fosse central à economia doméstica, podia causar desequilíbrio momentâneo e levar à pobreza extrema. Mas a recuperação da condição de sobrevivência não era impossível. Apenas quando o cônjuge sobrevivente fosse idoso ou doente encontrava-se maior dificuldade para sobreviver. Rita de Góes, viúva desde pelo menos 1796, e já idosa, sobreviveu de esmolas até o final de sua vida, em 1818, quando era declarada com 98 anos de idade²⁴. Em outro caso, Maria Ferreira, viúva desde 1798 e vivendo sempre em companhia de Ana, irmã mais velha, sobreviveu até 1828, quando já tinha 60 anos de idade, vivendo de esmolas, após alguns anos iniciais onde declaravam que “plantam para comer”²⁵.

As tênues fronteiras entre miséria e lavoura não eram, portanto, apenas uma questão de opção do recenseador. O viver com o mínimo necessário era situação limítrofe à miséria, e grande parte das pessoas estava sujeita a este risco. Mas, ao mesmo tempo, o historiador fica preso à informação lacônica do documento, por vezes contraditória quando se depara com pessoas que “vivem de esmola” e possuem escravos, tal como a viúva Maria Antônia dos Prazeres, 82 anos de idade, com seu cativo Mateus, negro de 30 anos²⁶. Novamente a informação sobre as pessoas são igualmente precárias, e quase nada sabemos sobre tais escravos, se doentes, ou incapazes.

Mesmo assim, logra-se reconstituir histórias de vidas bastante detalhadas, tal como as dos escravos da viúva Margarida Correa do Bonsucesso. Joana, sua escrava mais velha, é alforriada em 1792, e monta seu fogo, deixando para trás sua filha Inácia. Joana chega a acolher, entre 1801 e 1803, Salvador de Góes, forro e marido de sua filha cativa. O casal, separado pelo cativo, tem um filho, Antônio, nascido em 1801 e cativo como sua mãe. A partir de 1804, Salvador passa a viver sozinho, deixando a sogra, assim perdurando até 1809, quando se agrega à senhora de sua esposa e declara a companhia de sua filha Gertrudes, de 2 anos, provavelmente alforriada na pia. Assim permanece até 1814, quando sua mulher também é alforriada, juntamente com o filho Antônio, ocasião em que deixam o fogo de Margarida Correa do Bonsucesso e estabelecem fogo próprio. Curiosamente, Inácia adota o sobrenome de seu antigo senhor, o falecido marido de Margarida, Pedro Gomes do Amaral. Semelhante homenagem não é incomum, mas soma-se à possibilidade concreta de que todos esses ex-escravos explorassem terras de

²² Lista nominativa de São Luiz do Paraitinga, 1801, 2ª Companhia, fogo 382; 1806, 2ª Companhia, fogo 232.

²³ Lista nominativa de São Luiz do Paraitinga, 1808, 1ª Companhia, fogo 25.

²⁴ Lista nominativa de São Luiz do Paraitinga, 1818, 1ª Companhia, fogo 104.

²⁵ Lista nominativa de São Luiz do Paraitinga, 1798, 1ª Companhia, fogo 129; 1804, 1ª Companhia, fogo 52; 1828, 4ª Companhia, fogo 600.

²⁶ Lista nominativa de São Luiz do Paraitinga, 1824, 2ª Companhia, fogo 146.

sua senhora, preservando vínculos em sucessão ao de senhor-escravo. Esse enredo detalhado, obtido através das listas de habitantes, poderá ser enriquecido pelos registros paroquiais, onde os laços de compadrio explicitarão eventuais alianças úteis para o desenrolar dessa história de famílias forras.

As listas nominativas de habitantes são o fio condutor dessas reconstituições de trajetórias individuais e coletivas; por si só constituem uma série documental preciosa, mas o cruzamento com outras fontes documentais amplia ainda mais os detalhes conhecidos. Ao longo dos anos, os domicílios tem sua composição alterada, de acordo com o ciclo de vida familiar e as conjunturas da sociedade. Ao mesmo tempo, os responsáveis pela confecção da lista interpretam à sua maneira as ordens de Lisboa, permitindo ao historiador detectar como a população colonial classificava as pessoas à sua volta. Para alguns, havia homens pretos e pardos, enquanto, para outros, estes eram negros e mulatos. Tais tomadas de posição são cruciais para o entendimento do universo do homem colonial. Mas, sem dúvida, a possibilidade de recuperar as minúcias trajetórias individuais e coletivos no tempo e no espaço permanece central para os esforços de melhor conhecer a população da antiga capitania de São Paulo.

Bibliografia

- BACELLAR, Carlos A. P. (2001), “Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.), *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa, Livros Horizonte.
- BACELLAR, Carlos A. P. (1997), *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas, CMU/Unicamp.
- BACELLAR, Carlos A. P. e SCOTT, Ana Silvia Volpi, “Sobreviver na senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818”. In: NADALIN, Sergio Odilon; MARCÍLIO, Maria Luiza, e BALHANA, Altiva P. (orgs.) (1990), *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo, Fundação SEADE, p. 213-221.
- BACELLAR, Carlos A. P. (2001), *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Annablume/Fapesp.
- FERREIRA, Roberto Guedes (2000), *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850. Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de doutorado em História Social.
- FLORENTINO, Manolo, e GÓES, José Roberto (1997), *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da, e KLEIN, Herbert (Eds.) (2009), *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial do Estado.
- LUNA, Francisco Vidal and KLEIN, Herbert (2003), *Slavery and the economy of São Paulo, 1750-1850*. Stanford University Press.
- MARCÍLIO, Maria Luiza (2000), *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo, Hucitec/Edusp.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi (1987), *Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Dissertação de mestrado em História.
- SLENES, Robert W (1999), *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.